

Despacho n.º 12913/2010

Por despacho de 1 de Julho de 2010, do Conselho de Gestão da Universidade do Porto, foi aprovado o Regulamento de Avaliação de desempenho dos docentes da Universidade do Porto:

Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade do Porto

No cumprimento do estabelecido no artigo n.º 83-A do ECDU define-se a regulamentação a que deverão obedecer, na Universidade do Porto, os concursos para recrutamento de professores catedráticos, associados e auxiliares constantes do capítulo IV, artigos 37.º a 62.º -A do mesmo ECDU.

Artigo 1.º**Finalidade dos concursos**

Os concursos para professores catedráticos, associados e auxiliares destinam-se a permitir a selecção dos candidatos ao recrutamento em causa, averiguando a capacidade e o desempenho dos mesmos nos diferentes aspectos que, nos termos do artigo 4.º do ECDU, integram o conjunto das funções que se pretende venham a exercer.

Artigo 2.º**Abertura dos concursos**

1 — A abertura de qualquer concurso só pode ocorrer caso esteja previsto no mapa de pessoal docente a(s) consequente(s) contratação(ões) e desde que haja cabimento orçamental.

2 — Os concursos serão abertos, pelo período de cinquenta dias úteis a contar da sua publicitação, por despacho do reitor, ou de um vice-reitor que para tal tenha recebido delegação de competência, por proposta do director de uma unidade orgânica ou, excepcionalmente, por iniciativa do reitor.

3 — Os concursos são internacionais e abertos para uma área ou áreas disciplinares a especificar no aviso de abertura, não podendo a especificação dessa(s) área(s) ser feita de forma de tal modo restritiva que estreite inadequadamente o universo de quem se possa candidatar.

4 — A abertura dos concursos é feita por edital, aprovado pelo reitor ou por um vice-reitor que para tal tenha recebido delegação de competência, contendo a informação apresentada no artigo 3.º, o qual deve ser publicitado nos termos do artigo 4.º

Artigo 3.º**Edital de abertura**

O edital de abertura, redigido em português e inglês, deve conter a seguinte informação:

- a) A categoria de professor para que é aberto o concurso;
- b) Número de contratações pretendidas;
- c) A área ou as áreas disciplinares para que é aberto o concurso;
- d) O prazo para apresentação de candidaturas;
- e) Requisitos exigidos para a candidatura;
- f) Os documentos que devem instruir a candidatura;
- g) Prazos intermédios a cumprir no processo de candidatura;
- h) As datas de eventuais audições públicas que o júri venha a decidir fazer;
- i) Os critérios de selecção e seriação, indicando a ponderação a considerar para cada um;
- j) A composição do júri;
- k) Declaração de não discriminação de qualquer tipo.

Artigo 4.º**Publicitação do concurso**

Os concursos são divulgados através da publicação do respectivo edital, com a antecedência de cinquenta dias úteis em relação à data limite de apresentação das candidaturas:

- a) Na 2.ª série do *Diário da República*;
- b) Na bolsa de emprego público;
- c) No sítio da Internet da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, nas línguas portuguesa e inglesa;
- d) No sítio da internet da Universidade do Porto, nas línguas portuguesa e inglesa.

Artigo 5.º**Opositores ao concurso para professor catedrático**

Ao concurso para recrutamento de professores catedráticos podem candidatar-se os titulares do grau de doutor há mais de cinco anos, que sejam detentores do título de agregado.

Artigo 6.º**Opositores ao concurso para professor associado**

Ao concurso para recrutamento de professores associados podem candidatar-se os titulares do grau de doutor há mais de cinco anos.

Artigo 7.º**Opositores ao concurso para professor auxiliar**

Ao concurso para recrutamento de professores auxiliares podem candidatar-se os titulares do grau de doutor.

Artigo 8.º**Instrução das candidaturas aos concursos para professor catedrático**

As candidaturas aos concursos para professor catedrático são apresentadas na plataforma electrónica para o efeito existente no sítio da Internet da Universidade do Porto, devendo ser instruídas com:

- a) Carta de candidatura;
- b) Documentos comprovativos do preenchimento das condições e requisitos fixados no edital de abertura do concurso;
- c) Currículo do candidato contendo todas as informações pertinentes para a avaliação da candidatura tendo em consideração os critérios de selecção e seriação constantes do edital de abertura do concurso;
- d) Programa científico/pedagógico e de extensão para a, ou uma, área disciplinar a que diz respeito o concurso, caso tal seja solicitado no edital de abertura do concurso;
- e) Para cada um dos aspectos a serem avaliados pelo júri, conforme especificado no artigo 14.º, os trabalhos mencionados no currículo apresentado, podendo o candidato destacar até dez dos que considere mais representativos da actividade por si desenvolvida.

Artigo 9.º**Instrução das candidaturas aos concursos para professor associado**

As candidaturas aos concursos para professor associado são apresentadas na plataforma electrónica para o efeito existente no sítio da internet da Universidade do Porto, devendo ser instruídas com:

- a) Carta de candidatura;
- b) Documentos comprovativos do preenchimento das condições e requisitos fixados no edital de abertura do concurso;
- c) Currículo do candidato contendo todas as informações pertinentes para a avaliação da candidatura tendo em consideração os critérios de selecção e seriação constantes do edital de abertura do concurso;
- d) Para cada um dos aspectos a serem avaliados pelo júri, conforme especificado no artigo 15.º, os trabalhos mencionados no currículo apresentado, podendo o candidato destacar até dez dos que considere mais representativos da actividade por si desenvolvida.

Artigo 10.º**Instrução das candidaturas aos concursos para professor auxiliar**

As candidaturas aos concursos para professor auxiliar serão apresentadas na plataforma electrónica para o efeito existente no sítio da internet da Universidade do Porto, devendo ser instruídas com:

- a) Carta de candidatura;
- b) Documentos comprovativos do preenchimento das condições e requisitos fixados no edital de abertura do concurso;
- c) Currículo do candidato contendo todas as informações pertinentes para a avaliação da candidatura tendo em consideração os critérios de selecção e seriação constantes do edital de abertura do concurso;
- d) Para cada um dos aspectos a serem avaliados pelo júri, conforme especificado no artigo 16.º, os trabalhos mencionados no currículo apresentado, podendo o candidato destacar até dez dos que considere mais representativos da actividade por si desenvolvida.

Artigo 11.º**Admissão administrativa dos candidatos**

Após verificação de que as candidaturas satisfazem o especificado nos artigos 8.º, ou 9.º ou 10.º, conforme o caso, o reitor, ou o vice-reitor que para tal tenha recebido delegação de competência, admitirá liminarmente aos concursos para professor catedrático, professor associado e professor auxiliar os candidatos que satisfaçam, respectivamente, os requisitos constantes dos artigos 5.º, 6.º e 7.º

Artigo 12.º

Nomeação dos júris

Os júris dos concursos são nomeados por despacho do reitor, ou de um vice-reitor que para tal tenha recebido delegação de competência, por proposta do director da unidade orgânica ou excepcionalmente por iniciativa própria.

Artigo 13.º

Composição dos júris

A composição dos júris dos concursos obedece às seguintes regras:

a) Serem constituídos:

- i) Pelo reitor, que presidirá;
- ii) Por docentes de instituições de ensino superior universitárias nacionais públicas pertencentes a categoria superior àquela para que é aberto concurso ou à própria categoria quando se trate de concurso para professor catedrático;
- iii) Por outros professores ou investigadores, nacionais ou estrangeiros, com aplicação, com as devidas adaptações, da regra constante da subalínea anterior;
- iv) Por especialistas de reconhecido mérito, nacionais ou estrangeiros, de instituições públicas ou privadas, tendo em consideração a sua qualificação académica e a sua especial competência no domínio em causa;

b) Algum ou alguns dos membros que integram o júri referidos na alínea anterior pode(m), a título excepcional, quando se revele necessário, tendo em conta a sua especial competência num determinado domínio, ser professor(es) aposentado(s), reformado(s) ou jubilado(s).

c) Serem os vogais em número não inferior a cinco nem superior a nove;

d) Serem todos pertencentes à área ou áreas disciplinares para que é aberto o concurso;

e) Serem compostos maioritariamente por individualidades externas à Universidade do Porto, sendo considerados como membros internos os professores aposentados, reformados ou jubilados pela Universidade do Porto que, eventualmente, integrem o júri;

f) O reitor poderá delegar a presidência do júri num vice-reitor ou num professor catedrático da Universidade do Porto.

Artigo 14.º

CrITÉRIOS de selecção dos candidatos em concursos para professor catedrático

1 — Nos concursos para professor catedrático, os métodos e os parâmetros de avaliação dos candidatos, que constarão do edital de abertura do concurso, usam:

Avaliação curricular, tomando em consideração os desempenhos científico e ou artístico, pedagógico e na realização de outras actividades relevantes para a missão da Universidade do Porto e da unidade orgânica que recruta, particularmente de valorização económica e social do conhecimento, de extensão e de gestão.

2 — Avaliação do programa científico/pedagógico e de extensão para a, ou uma, área disciplinar a que diz respeito o concurso, caso tal tenha sido solicitado no edital de abertura do concurso.

Artigo 15.º

CrITÉRIOS de selecção dos candidatos em concursos para professor associado

Nos concursos para professor associado, os métodos e os parâmetros de avaliação dos candidatos, que constarão do edital de abertura do concurso, usam avaliação curricular, tomando em consideração os desempenhos científico e ou artístico, pedagógico e na realização de outras actividades relevantes para a missão da Universidade do Porto e da unidade orgânica que recruta, particularmente de valorização económica e social do conhecimento, de extensão e de gestão.

Artigo 16.º

CrITÉRIOS de selecção dos candidatos em concursos para professor auxiliar

Nos concursos para professor auxiliar, os métodos e os parâmetros de avaliação dos candidatos, que constarão do edital de abertura do concurso, usam avaliação curricular, tomando em consideração nomeadamente os desempenhos científico e ou artístico, pedagógico e na realização de outras actividades relevantes para a missão da Universidade do Porto e da unidade orgânica que recruta, particularmente de valorização económica e social do conhecimento, de extensão e de gestão.

Artigo 17.º

Sistema de avaliação e classificação final

1 — O presidente do júri convocará os restantes membros para uma reunião, preparatória da decisão final, a realizar até 30 dias de calendário após a data de encerramento da recepção de candidaturas, podendo utilizar-se o correio electrónico para a difusão desta convocatória.

2 — A convocatória integrará os documentos que cada candidato apresentou para instrução da sua candidatura, de acordo com o especificado nos artigos 8.º, 9.º e 10.º e conforme aplicável.

3 — Na convocatória, o presidente poderá indagar junto dos restantes membros do júri sobre a possibilidade de dispensa da realização da reunião preparatória, devendo todos os membros do júri pronunciarem-se por escrito, incluindo uma referência expressa à admissão de todos os candidatos, podendo utilizar para o efeito o correio electrónico.

4 — No caso de algum dos membros do júri se pronunciar pela necessidade de realização da reunião preparatória, em particular por haver dúvidas quanto à aprovação em mérito absoluto de qualquer candidato(a), esta terá lugar na data e hora constantes da convocatória referida no n.º 1 deste artigo, podendo realizar-se por teleconferência.

5 — Na reunião referida no número anterior, o júri decidirá quanto à exclusão do(a)s que não satisfaça(m) os mínimos especificados no edital de abertura do concurso e procederá à elaboração da lista dos candidatos aprovados em mérito absoluto.

6 — Caso algum(a) candidato(a) seja excluído(a), proceder-se-á à respectiva audição prévia, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

7 — Após a realização da reunião preparatória ou no final do processo de audição prévia referido no número anterior, conforme aplicável, o presidente do júri convocará uma reunião para se proceder à elaboração da lista ordenada dos candidatos que hajam sido aprovados em mérito absoluto, a qual deverá ter lugar até trinta dias de calendário após a primeira reunião ou após o final do processo de audição prévia, podendo utilizar-se o correio electrónico para a difusão desta convocatória.

8 — Na sequência da indagação referida no n.º 3, caso os membros do júri se pronunciem unanimemente pela dispensa da reunião preparatória, todos os candidatos serão considerados aprovados em mérito absoluto, devendo o presidente do júri convocar uma reunião para se proceder à elaboração da lista ordenada dos candidatos, a qual deverá ter lugar até trinta dias de calendário após a data prevista na convocatória referida no n.º 1, para a reunião preparatória, podendo utilizar-se o correio electrónico para a difusão desta segunda convocatória.

9 — No caso de não ser possível completar a selecção dos candidatos em qualquer das reuniões referidas nos dois números anteriores, a mesma reunião poderá ser continuada em outro ou outros dias consoante necessário.

10 — A aprovação e a ordenação dos candidatos terão por fundamento o mérito de cada um deles de acordo com o método especificado no edital de abertura.

11 — O júri só pode deliberar se estiverem presentes pelo menos dois terços dos seus vogais e desde que a maioria dos vogais presentes sejam externos à Universidade do Porto.

12 — O júri deliberará através de votação nominal fundamentada como referido no n.º 10, sendo exigida a maioria absoluta para qualquer deliberação, isto é, um número de votos, pelo menos, igual a metade mais um dos votos dos membros presentes, não sendo permitidas abstenções.

13 — A decisão do júri ficará consignada em acta, com indicação do sentido dos votos individualmente expressos e dos respectivos fundamentos.

14 — O resultado do concurso constará de relatório final, subscrito por todos os membros do júri, que referirá unicamente o(s) nome(s) do(a)s candidato(a)s a contratar.

Artigo 18.º

Funcionamento do júri

1 — As reuniões do júri são convocadas pelo presidente, preferindo a comparência às mesmas, para os membros da Universidade do Porto, a qualquer outro serviço.

2 — O presidente só vota em caso de empate.

Artigo 19.º

Dúvidas e omissões

As omissões e as dúvidas suscitadas pela aplicação do presente regulamento serão esclarecidas pelo reitor.

Artigo 20.º

Norma revogatória e entrada em vigor

O presente regulamento revoga o despacho regulamentar n.º GR.05/10/2009 e entra em vigor no trigésimo dia após a sua publi-

cação no *Diário da República*, aplicando-se aos concursos que sejam abertos após entrar em vigor.

Reitoria da Universidade do Porto, 3 de Agosto de 2010. — O Reitor, (José C. D. Marques dos Santos).

203563469

INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE

Despacho n.º 12914/2010

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro e do Regulamento dos Concursos Especiais de Acesso e Ingresso nos Cursos do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, aprovado pela Portaria n.º 854-A/99, de 4 de Outubro, com as alterações constantes das Portarias n.º 1081/2001, de 5 de Setembro e n.º 393/2002, de 12 de Abril, a Comissão Instaladora na sua reunião de 22 de Julho de 2010 deliberou aprovar o *Regulamento dos Concursos Especiais de Acesso e Ingresso nos Cursos do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave*, que consta em anexo na sua íntegra.

22 de Julho de 2010. — O Presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Prof. Doutor João Baptista da Costa Carvalho.

Regulamento dos Concursos Especiais de Acesso e Ingresso nos Cursos do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Preâmbulo

Nos termos do Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro e do Regulamento dos Concursos Especiais de Acesso ao Ensino Superior, aprovado pela Portaria n.º 854-A/99, de 4 de Outubro, com as alterações constantes das Portarias n.º 1081/2001, de 5 de Setembro e n.º 393/2002, de 12 de Abril;

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março, que regula as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência dos maiores de 23 anos e ao Regulamento das referidas provas no Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA);

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio, que regula os cursos de especialização tecnológica;

Atendendo, ainda, às alterações introduzidas no âmbito dos Concursos Especiais para Acesso ao Ensino Superior pelo Decreto-Lei n.º 196/2006, de 10 de Outubro, e pela Portaria n.º 401/2007, de 5 de Abril;

A Comissão Instaladora do IPCA, na sua reunião de 22 de Julho de 2010, deliberou aprovar o seguinte “Regulamento dos Concursos Especiais de Acesso e Ingresso nos Cursos do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave”.

Artigo 1.º

(Âmbito de aplicação)

1 — O presente Regulamento aplica-se aos cursos de Licenciatura (1.º ciclo) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA).

2 — Os Concursos Especiais de Acesso ao Ensino Superior destinam-se a candidatos nas seguintes situações habilitacionais específicas:

a) Titulares das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos (*designados titulares das Provas M23*);

b) Titulares de cursos superiores, médios e pós-secundários.

Artigo 2.º

(Modalidades dos concursos especiais)

Para cada curso, os candidatos serão integrados e agrupados em contingentes de acordo com as seguintes regras:

a) Contingente CE1 — serão incluídas todas as candidaturas ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º do presente regulamento (*titulares das Provas M23*);

b) Contingente CE2 — serão incluídas todas as candidaturas efectuadas ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do 1.º artigo do presente regulamento (*titulares de cursos superiores e médios*);

c) Contingente CE3 — serão incluídas todas as candidaturas efectuadas ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do 1.º artigo do presente regulamento (*titulares de cursos pós-secundários*).

Artigo 3.º

(Incompatibilidades)

Num ano lectivo, cada estudante apenas pode apresentar candidatura através de um dos contingentes referidos no artigo 2.º do presente Regulamento.

Artigo 4.º

(Comissão de selecção e ordenação)

1 — O Presidente do IPCA nomeia, anualmente, sob proposta dos Directores das Escolas, uma Comissão a quem compete a análise das candidaturas, selecção e ordenação dos candidatos aos Concursos Especiais de Acesso ao Ensino Superior.

2 — A nomeação da Comissão é válida por um ano, podendo ser renovável.

Artigo 5.º

(Titulares das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do Ensino Superior dos maiores de 23 Anos)

1 — São abrangidos pelo contingente CE1 os candidatos titulares das Provas M23 do IPCA.

2 — Os titulares das Provas M23 do IPCA podem candidatar-se a 6 (seis) cursos, por ordem decrescente de preferência e sob condição de correspondência da respectiva prova de conhecimentos, para os quais foram fixadas vagas no Edital destes Concursos.

3 — Os candidatos das Provas M23 do IPCA são seleccionados e ordenados através da aplicação sucessiva dos seguintes critérios:

a) Melhor classificação final obtida nas Provas M23 do IPCA, por ordem decrescente;

b) Ano em que foi obtida a aprovação nas Provas M23 do IPCA, sendo dado prioridade àqueles que a tenham realizado em ano mais recuado.

Artigo 6.º

(Titulares de cursos superiores e médios)

1 — São abrangidos pelo contingente CE2:

a) Os titulares de curso de Bacharelato ou de curso de Licenciatura;

b) Os titulares do Curso do Magistério Primário, Educadores de Infância, nos termos da Lei n.º 50/90, de 25 de Agosto, e Enfermagem Geral, nos termos da Lei n.º 480/88, de 23 de Dezembro, que comprovem, simultaneamente, a titularidade de um curso do ensino secundário (12 anos de escolaridade), de um curso complementar do ensino secundário ou do 10.º/11.º anos de escolaridade;

2 — Os titulares de curso superior ou médio podem candidatar-se a 3 (três) cursos, por ordem decrescente, para os quais foram fixadas vagas no Edital destes Concursos.

3 — Os titulares de curso superior ou médio são seleccionados e ordenados através da aplicação sucessiva dos seguintes critérios:

a) Melhor classificação final do curso de que são titulares, arredondada às unidades, por ordem decrescente;

b) Grau e diploma dando prioridade, sucessivamente, aos titulares de curso médio e aos titulares de curso superior, e nestes aos titulares de grau de bacharel;

c) Idade, por ordem decrescente.

4 — Não são consideradas para efeitos de selecção e ordenação as classificações obtidas em Cursos de Complemento de Formação Científica e Pedagógica, de Qualificação para o Exercício de Outras Funções Educativas, de Estudos Superiores Especializados (CESE), de Especialização, de Pós-Graduação e de mestrado.

Artigo 7.º

(Titulares de cursos pós-secundários)

1 — São abrangidos pelo contingente CE3, os titulares de diploma de especialização tecnológica obtido nos termos:

a) Do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio;

b) Da Portaria n.º 989/99, de 3 de Novembro, com as alterações constantes das Portarias n.ºs 698/2001 e 392/2002, que comprovem possuir 18 meses de actividade profissional na área de formação do diploma.

2 — Os titulares de diploma de especialização tecnológica podem candidatar-se aos cursos definidos pelo órgão legal e estatutariamente competente do IPCA, por ordem de preferência.

3 — Os titulares de diploma de especialização tecnológica são seleccionados e ordenados através da aplicação do seguinte critério:

a) Melhor classificação final do curso pós-secundário de que são titulares, arredondada às unidades, por ordem decrescente;

b) Ano em que foi concluído o curso, sendo dada prioridade àqueles que o tenham concluído em anos mais recuados.